

orientes médio



# Aqui mora o perigo

Vista geral e detalhe do reator de Dimona (FAS/Space Imaging)

**Depois de apontar o Iraque como uma ameaça à paz, os EUA querem fazer do Irã um grande vilão nuclear – e com que todos esqueçam Dimona, o reator que produz o material que transformou Israel numa potência atômica**

Armando **Sartori**

Quem se deixasse levar pela propaganda americana poderia imaginar que se não fosse o Irã, o Oriente Médio estaria livre da ameaça das armas nucleares. Um inventário rápido, a partir desse ângulo especial de visão do mundo, seria o seguinte: derrubado o regime de Saddam Hussein no Iraque e feito um acordo com o líder líbio Muammar Kadafi no ano passado, apenas o Irã ainda ambiciona entrar para o restrito clube dos países que têm a bomba atômica.

Esse é um modo de enxergar a realidade que atende a dois objetivos básicos. Um é o de não permitir que o Irã desenvolva sua própria tecnologia no campo nuclear, mesmo que, como não cansam de dizer seus dirigentes, ela seja voltada para fins exclusivamente pacíficos – algo que a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), órgão das Nações Unidas, não foi capaz de desmentir. O outro é o de, apontando o Irã como vilão, desviar a atenção da verdadeira ameaça – Israel, que, estima-se, tenha centenas de bombas em suas prateleiras, feitas com material processado em seu reator de Dimona (na imagem de satélite no alto da página).

Desde meados de dezembro o Irã dis-

cute com Alemanha, França, Reino Unido e União Européia a segunda fase de um acordo sobre seu programa nuclear. Antes, Teerã concordou em suspender – temporariamente e de forma voluntária, como fez questão de frisar – suas atividades de enriquecimento de urânio. Em troca, a AIEA não concretizou a ameaça velada de levar o país ao Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) por, supostamente, estar agindo de forma ilegal. Não foi o que o governo do presidente George W. Bush gostaria que acontecesse – para os EUA, tanto os europeus quanto as Nações Unidas foram muito brandos no tratamento dado aos aiatolás.

**Angelical** O Irã está sob a lupa da AIEA desde as denúncias que o grupo oposicionista Conselho Nacional da Resistência do Irã (CNRI), que atua no exílio, apresentou em meados de 2002. Um artigo de autoria de Christopher de Bellaigue, publicado na revista *The New York Review of Books* no início deste ano, traz um relato detalhado dessa história. Em linhas gerais, o que se pode concluir é que, em comparação com o que fizeram os israelenses para colocar de pé seu programa nuclear, o comportamento dos iranianos até agora tem

sido quase angelical.

A pressão mais forte contra eles começou em setembro do ano passado. Então, o Irã forneceu à AIEA informações sobre suas atividades nucleares e assinou um “protocolo adicional” ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP) – ao qual o país aderiu em 1969 – que permite aos cientistas da agência vistoriar qualquer local em que suspeitem sejam realizadas atividades nucleares. Até então, os inspetores só podiam visitar áreas que o governo apontasse e mediante prévio aviso.

Um dos alvos prioritários da agência era o enriquecimento de urânio, considerado crítico tanto para os iranianos quanto para os que se opõem a que eles desenvolvessem essa tecnologia. No primeiro caso porque dele depende a produção do combustível para os reatores. No segundo, porque o enriquecimento, dependendo do grau, também pode produzir armas – com menos de 5%, o urânio serve para acionar reatores que produzem energia elétrica, enquanto o enriquecimento de mais de 90% transforma o urânio em matéria-prima de bombas nucleares. Na fase atual da discussão, os europeus querem convencer os iranianos a desistir do enriquecimento e a aceitar que eles passem a fornecer o

combustível para as usinas – com óbvio prejuízo para a autonomia do programa nuclear do país e vantagem comercial para os europeus.

A denúncia do CNRI mostrou que o governo iraniano estava erguendo secretamente instalações nucleares em Natanz e em Arak, ambas no centro do país, o que, por si só, não viola as regras da AIEA — o que o código da agência obriga é que os signatários do TNP avisem, com pelo menos seis meses de antecedência, que vão introduzir material nuclear nas instalações, o que as torna ativas. Mas o segredo deu margem a que EUA, Reino Unido e outras nações apontassem o país como suspeito de praticar atividades ilegais e uma ameaça à paz internacional.

Mas, segundo De Bellaigne, Mohamed ElBaradei, o diplomata egípcio que é diretor-geral da agência da ONU, vem atuando de forma equilibrada diante das circunstâncias: na época das denúncias (apenas meses após o discurso de Bush, que incluiu o Irã no Eixo do Mal) ele divulgou um relatório que, sem afirmar diretamente, dava a entender que o Irã havia agido de forma irregular. De acordo com seu informe, o desenvolvimento do enriquecimento de urânio pressupunha que os cientistas iranianos haviam utilizado material nuclear para realizar testes, mas esse material não havia sido declarado previamente, como exigido pelas regras.

Quem enxerga pecados graves na ação dos aiatolás deveria, antes de condená-los, entender como Israel se tornou uma potência nuclear. É uma história

com aspectos muito esclarecedores. Um deles é a participação determinante de potências como EUA e França (e, em menor escala, Alemanha e Reino Unido) e também de um Estado pária, a África do Sul da época do *apartheid*. Outro é o fato de que Israel utilizou métodos hoje condenados por americanos e europeus, como o contrabando de equipamentos e de urânio.

Segundo um artigo de John Steinbach, publicado no site *Centre for Research on Globalisation* ([www.globalresearch.ca](http://www.globalresearch.ca)), o programa nuclear israelense, iniciado no final da década de 1940, teve a França como primeiro parceiro, num processo que culminou com a construção do reator em Dimona e de uma fábrica de reprocessamento de plutônio situada nas proximidades de Bersheeba, no Deserto de Negev. Dimona começou a funcionar em 1964 e o reprocessamento, logo depois. As duas instalações surgiram antes da entrada em vigor do TNP, ao qual, aliás, Israel nunca aderiu – o que significa que o país jamais passou por inspeções da AIEA.

**Acordo com *apartheid*** Logo após o reator entrar em funcionamento, surgiu o crítico problema de como abastecê-lo de urânio. No curto prazo a solução foi contrabandear suprimentos de países como França, Reino Unido e Alemanha, cujos governos deram cobertura às aquisições clandestinas. No final dos anos 1960, ao aproximar-se da África do Sul, Israel encontrou uma saída de prazo mais longo. Em troca do urânio e de facilidades para testar as armas que desenvolviam, os israelenses forneceram ao regime do *apartheid* tecnologia e ajuda especializada para construir sua própria bomba nuclear (a colaboração entre os dois países só cessou com a queda do regime racista, na década passada).

Os EUA também tiveram grande responsabilidade pelo ingresso de Israel no grupo das potências nucleares. Segundo Steinbach, no início da década de 1960, por exemplo, os controles de Dimona foram adquiridos, de forma clandestina, junto à filial belga de uma companhia chamada Tracer Lab, o principal fornecedor dos painéis dos reatores militares americanos. Anos depois, a administração do presidente Richard Nixon aprovou a venda de cen-

tenas de dispositivos utilizados nas bombas nucleares israelenses. E em 1979 o governo Jimmy Carter enviou fotos de satélite de altíssima resolução, que foram empregadas dois anos mais tarde para bombardear o reator iraquiano de Osirak, que era o centro do projeto nuclear de Saddam Hussein. Até há cerca de vinte anos a maior parte dos serviços de inteligência estrangeiros estimava que o arsenal nuclear de Israel era da ordem de duas dezenas de bombas. Mas as revelações de Mordechai Vanunu, um técnico que trabalhou em Dimona, mostraram que o cálculo estava muito subestimado. Vanunu contrabandeou dezenas de fotos e dados científicos para fora de Israel e em 1986 sua história acabou publicada no *Sunday Times* de Londres (ele pagou caro por isso: foi condenado por traição e cumpriu 18 anos de prisão). Análises do material fornecido por ele levaram à conclusão de que a capacidade do reator de Dimona tinha sido muito expandida, de tal forma que produzia plutônio suficiente para 10 a 12 bombas por ano. De acordo com Steinbach, hoje o arsenal israelense é estimado em no mínimo 200 e no máximo 500 bombas (estima-se que Israel tenha superado o Reino Unido e se tornado a quinta potência nuclear global, superada apenas por EUA, Rússia, França e China). Um componente básico desse estoque são as bombas de nêutron, artefatos miniaturizados projetados para, em essência, matar as pessoas e deixar a infra-estrutura do local bombardeado intacta.

Avner Cohen, autor de *Israel e a bomba*, livro altamente revelador a respeito do programa nuclear de seu país-natal, diz que o Estado israelense pratica uma política de “opacidade” – isto é, nunca anunciou oficialmente que possui armas nucleares, mas ao mesmo tempo fornece pistas suficientes de seu poderio atômico, de forma a dissuadir seus potenciais inimigos. Os argumentos que sustentam essa política parecem estar enraizados nas palavras do ex-primeiro-ministro Ben Gurion, que, segundo Cohen, disse certa vez: “para assegurar que outro Holocausto não será perpetrado contra o povo judeu, Israel precisa ser capaz de ameaçar um potencial perpetrador com a aniquilação”.

*Vanunu: revelações que mudaram a visão sobre o programa israelense e 18 anos de prisão*



Pesquisa ODI